



ANÁLISE HISTÓRICA DA GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA ECI/UFMG: A INTER-RELAÇÃO ENTRE O CONTEXTO SOCIAL E AS DIMENSÕES DE SUBJETIVIDADE.

Alcenir Soares Reis, Gesner Francisco Xavier Junior, Hugo Avelar Cardoso Pires

Resumo: Este texto apresenta e discute os resultados parciais da pesquisa intitulada “Formação acadêmica, inclusão e mobilidade social: história/memória dos estudantes de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG”, cuja centralidade é de compreender o papel desempenhado pela graduação como mecanismo de inclusão educacional, ascensão e mobilidade social, a partir da ótica dos sujeitos selecionados para a pesquisa. A escolha desta temática teve como motivação os dados produzidos pela UFMG em relação ao perfil dos seus discentes, informações que indicavam que os alunos das áreas de ciências humanas e sociais e os de Biblioteconomia em especial, encontravam-se nos estratos econômicos com nível de renda mais baixo, além de demonstrar, para a situação de escolaridade dos pais, que esta se situava nos níveis básicos da pirâmide educacional. No que se refere à fundamentação teórica, a pesquisa tem como sustentação a interlocução com os aportes da história da biblioteconomia, com os elementos da educação, da memória e das discussões relativas à inclusão e mobilidade social. Em termos metodológicos orienta-se pelos referenciais da pesquisa qualitativa e sob a perspectiva da história oral. Com relação à operacionalidade da pesquisa foi definido por realizá-la em duas etapas: a primeira, de caráter quantitativo e com dados já consolidados apresenta a trajetória da graduação no período de 1950-2011; a segunda etapa - em curso - de dimensão qualitativa, realizará o resgate das trajetórias/memórias dos discentes, com o objetivo de apreender as contribuições da formação acadêmica bem como analisar o imbricamento entre história pessoal/história coletiva.

Palavras-chave: Formação acadêmica. Memória. História Oral. Mobilidade Acadêmica

1 INTRODUÇÃO

“O conhecimento só avança quando são colocadas sob suspeita, conclusões já assumidas como verdadeiras.” Neidson Rodrigues

Este estudo apresenta parte dos resultados da pesquisa que se encontra em desenvolvimento,



“Formação Acadêmica, Inclusão e Mobilidade Social: história/memória dos estudantes de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG,” cujo eixo central de análise é o da interrelação entre a educação superior e os processos de inclusão educacional, ascensão e mobilidade social, tendo como base a experiência acadêmica dos estudantes de graduação em Biblioteconomia pela ECI/UFMG no período 1950-2011.

Constituiu-se como elemento motivador para a reflexão e a formulação das indagações que orientam a pesquisa, os resultados do trabalho publicado pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG em 2006, apresentados no livro *“Censo socioeconômico e étnico dos estudantes da UFMG”*. Editado por Braga e Peixoto (2006), o livro apresenta o perfil e a realidade sócio-histórica dos estudantes da Universidade em termos do nível de renda, classe social, cor/raça, idade, trajetória escolar e escolaridade dos pais. O trabalho evidencia que os alunos das áreas de ciências humanas e sociais e, de forma destacada, os de Biblioteconomia, se constituem como aqueles que economicamente estão inseridos no nível de renda mais baixo comparativamente aos outros estratos de estudantes da UFMG. No que se refere à situação de escolaridade dos pais o estudo também aponta que esta se situa nos níveis básicos da pirâmide educacional.

Em face destes dados, pareceu-nos importante indagar e buscar apreender o papel da Universidade no sentido de democratizar o acesso a educação superior e atuar como instrumento de ascensão e mobilidade social, tendo como foco os estudantes de Biblioteconomia da UFMG.

Integrando-se as perspectivas antecedentes e em termos objetivos, a pesquisa busca também analisar os seguintes aspectos: a) como se estabelece a relação entre a trajetória educacional e as oportunidades de mobilidade social; b) como vem se constituindo historicamente o perfil dos estudantes de biblioteconomia e c) qual a relação entre este perfil e a realidade histórico-social. Para tanto, definiu-se por mapear e resgatar o percurso dos alunos em processo de formação e dos ex-alunos titulados, nas dimensões quantitativas e qualitativas, com vistas a efetivar uma análise que privilegie a interação entre a história e a memória e possibilite compreender os dados em sua inserção na realidade brasileira e em face da trajetória institucional da ECI/UFMG.

No presente trabalho, são apresentados e discutidos os resultados parciais da pesquisa concernente à constituição do corpo discente da ECI a partir do mapeamento quantitativo bem como se apresenta os aspectos históricos da ECI/UFMG. Para tal, realiza-se o resgate histórico da criação do curso, o processo de evolução dos currículos e da problemática de formação acadêmica no período 1950-2011. Em continuidade explicitam-se os desdobramentos que estão sendo efetivados para a segunda etapa, de forma a realizar a análise da interrelação entre as questões individuais e sua inserção no contexto histórico-político.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: educação-história-memória

Há uma crença generalizada no âmbito da vida social, notadamente ao nível do senso comum, de que os processos educativos se constituem como mecanismos através dos quais se podem resolver os problemas da sociedade, estando difundida a idéia de que através da educação será possível



instituir-se uma ordem social justa e igualitária, garantindo-se chances iguais para todos em termos de participação nos bens sociais.

Esta perspectiva de análise da realidade social e de compreensão da questão educativa, a partir da ótica acima indicada, encontra respaldo e tem como sustentação teórica a concepção de estratificação social. Dentro desta ótica elegem-se como parâmetros analíticos para a leitura do real as dimensões de “status”, de “papel social”, e a estes se aliam ainda os aspectos correspondentes a questão da ascensão e da mobilidade social.

Entretanto, vale esclarecer que se em uma primeira etapa do trabalho tinha-se como proposição identificar a questão da mobilidade e de ascensão dos estudantes, tal definição foi reavaliada no decorrer dos estudos, haja vista que a pesquisa orienta-se por buscar interpretar a realidade a partir da interlocução entre as dimensões da subjetividade e o contexto histórico-social; portanto, o quadro referencial para leitura da história/memória dos discentes, ao privilegiar a interrelação subjetividade/contexto histórico social deverá se fazer compreendendo os fatos em seus aspectos históricos e a partir de suas contradições, requerendo portanto a análise a partir da perspectiva sócio-histórica.

Tendo se estabelecido a abordagem sob a qual se pretende realizar a análise dos dados da pesquisa, consideramos oportuno sistematizar os eixos que orientam a discussão, apontando os aspectos centrais em relação à questão educacional, a história – resgatando de forma sintética a visão em relação à biblioteconomia – bem como os elementos relativos à memória, de forma a captar como estes entrelaçamentos podem subsidiar o entendimento das histórias dos sujeitos e de suas trajetórias, tendo como base sua experiência vivencial e sua prática profissional.

2.1 Educação

Analisando a história da educação brasileira fica patente que entre o direito a educação, proclamada em termos legais, e sua viabilidade concreta há uma grande defasagem, conforme se depreende das discussões realizadas por Freitag (1997) Rodrigues (2001); Benevides (1996); Dias (2007), dentre outros

Freitag (1977) ao resgatar os processos educacionais na sociedade brasileira, através da interação entre as dimensões da escola, do estado e da sociedade, demonstra o caráter assumido pela educação no contexto dos modelos agro-exportador, substituição de importações e internacionalização do mercado, revelando que ao longo da história a educação sempre teve a função de legitimar as diferenças sociais. Porém, a discussão da autora evidencia também que este processo não se fez sem contradições e questionamentos por parte dos que eram excluídos. Em face desta dialética e das próprias necessidades do sistema social a educação vai se ampliando e ganhando distintas possibilidades no âmbito da sociedade brasileira.

Na realidade o que as discussões revelam é o fato de que há o reconhecimento do direito a educação, conforme demarcado na Constituição, mas que sua efetividade, de forma plena, ainda requer lutas e reivindicações para que ela seja democrática e de qualidade para os diferentes estratos sociais.



Avaliando a questão educacional como direito humano, Dias (2007) aponta que dentre estes direitos a educação se constitui como aquele processo que permite ao indivíduo humanizar-se; esta situação vem se apresentando de forma recorrente, como elemento de luta, ao longo da história. Nesta perspectiva apresenta-se como fator de legitimidade a preocupação de Bobbio (1995, p. 24) de que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.”

Integrando-se aos aspectos acima e dentro da preocupação de se pensar a educação para a democracia, conforme proposto por Benevides (1996) torna-se pertinente destacar quais são os elementos que devem nortear esta visão educativa. Conforme argumenta a autora, no contexto de democratização da sociedade brasileira, ganha relevância a idéia de que não se pode pensar o desenvolvimento apenas no plano econômico, mas que se torna imprescindível o avanço no âmbito político e social. Entretanto, é preciso avançar no sentido de se pensar no “cidadão” e, portanto o que deve estar em pauta não é a centralidade do consumidor ou no privilegiamento em termos de benefícios pessoais ou corporativos.

Valendo-se dos autores clássicos e contemporâneos da área da educação e da política e demarcando as limitações na exploração do tema, em razão das colocações serem apresentadas em conferência, no contexto de um concurso público, a autora explicita sua concepção de educação, conforme os termos indicados a seguir:

Educação é aqui entendida, basicamente, como a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas. (BENEVIDES, 1996, p. 225)

Acrescentando-se aos aspectos acima e tendo como foco seu posicionamento Benevides (1996, p. 226) coloca que em face da contradição entre o “país legal” e o “país real” caberá a educação a realização de esforço para a implementação de uma educação para a democracia, definindo-a nos seguintes termos: “Democracia é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos”, regime no qual as posições não são imutáveis, em que qualquer cidadão pode ser governante ou governado. Acrescenta ainda que nesta perspectiva devem ter presente duas dimensões: “(...) a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis”.

Nesse sentido, Benevides (1996, p. 226-227) explicita que desenvolver uma educação democrática exige-se contemplar três elementos que são imprescindíveis e com relações interdependentes, ou seja:

1. *A formação intelectual e a informação* - da antiguidade clássica aos nossos dias trata-se do desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da



literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e às diversas expressões da cultura *lato sensu*, são, justamente, os mais marginalizados e “excluídos”.

2. *A educação moral*, vinculada a uma didática de valores que não se aprendem intelectualmente apenas, mas, sobretudo pela consciência ética, *que é formada tanto de sentimentos quanto de razão*; é a conquista de corações e mentes.

3. A educação do comportamento, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao bem comum. Sem participação dos interessados no estabelecimento de metas e em sua execução, como já afirmava Dewey, não existe possibilidade alguma de bem comum. É preciso tempo para sacudir a apatia e a inércia, para despertar o interesse positivo e a energia ativa (Dewey). Ora, é evidente que essa é uma tarefa para a educação para a democracia.

Na esteira do que foi afirmado por Benevides, notadamente em relação ao item 1, Almeida (2005, p.42) assegura que “a educação apresenta-se sempre em correlação com a informação, a capacidade de acessá-las e aplicá-la.

Considerando os parâmetros indicados acima e em face da exposição da autora, uma educação que privilegia a democracia se sustenta na perspectiva de que os sujeitos serão educados no desenvolvimento de uma formação para a discussão, capazes de desenvolver a argumentação e com ênfase na tolerância. Concretamente, conforme enfatiza a autora ao se considerar a educação de acordo com os valores republicanos nela estará presente:

- a) o respeito às leis, acima das vontades dos homens e entendidas como “educadoras”;
- b) *o respeito ao bem público*, acima do interesse privado e patriarcal;
- c) *o sentido de responsabilidade no exercício do poder*, inclusive o poder implícito na ação dos educadores, sejam eles professores, orientadores ou demais profissionais do ensino.

No que refere aos valores democráticos destaca-se:

- a) a virtude do amor à igualdade [...] e o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio;
- b) o respeito integral aos direitos humanos;
- c) o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito pelos direitos da minoria (BENEVIDES, 1996, p. 230-231)

Em termos analíticos Benevides (1996), argumenta que a educação sob a ótica acima descrita tem como lugar privilegiado de sua realização a escola, apesar da concorrência de outras instituições e dos meios de comunicação. Porém para que haja educação nestes termos, por ser um processo de longo prazo, exige-se uma ação permanente. Nestes termos “formar cidadãos não é questão de dias e para tê-los adultos e preciso educá-los desde crianças”

Somando-se aos aspectos antecedentes há as formulações de Rodrigues (2001) que apresenta



pontos de convergência e distinção em relação às discussões anteriores e sua incorporação destina-se a ampliar o escopo em relação à visão de educação.

Portanto, tomando como base o texto de Rodrigues (2001) que trata da função da educação para o processo de construção do sujeito ético, detectamos que sua reflexão evidencia a concepção de educação, de cidadania e do processo de constituição de um sujeito ético. Para o autor é preciso romper com a visão de senso comum, do que vem se compreendendo a respeito da educação, na qual se dá ênfase na dimensão do prático e do objetivo e, consoante sua perspectiva, deve-se “trazer à luz os fundamentos da razão educativa” (RODRIGUES, 2001, p.234).

Conforme questionado pelo autor, quando se coloca que a educação destina-se a preparar os indivíduos para a vida social e para o exercício da cidadania tais formulações são tautológicas, pois se definem por seu próprio conceito; dentro desta perspectiva a questão seria apenas de buscar alternativas metodológicas para sua implementação.

Entretanto não é este o caminho privilegiado pelo autor. Na realidade a proposta do texto é de evidenciar a complexidade que estes termos envolvem e inclusive situá-los no contexto histórico-político no qual se inserem de forma a demonstrar sua relevância teórica e a estrita relação com a educação, argumento que revela o percurso necessário para a construção do sujeito ético.

Tendo como base os termos das reflexões de Rodrigues (2001) torna-se oportuno colocar em destaque os aspectos relevantes no que se refere à cidadania e a democracia, destacando-se os elementos assinalados a seguir:

a) o conceito de cidadania é um conceito histórico e, portanto o que se compreende por cidadania guarda relação com os contextos no qual o mesmo é formulado; porém, conforme apresenta o autor “na Grécia clássica algumas condições deveriam ser preenchidas. Só poderia ser cidadão o indivíduo livre para expressar e exercer sua vontade no espaço público e assumir as responsabilidades decorrentes dessa vontade. Tal posição se traduz na seguinte afirmativa: “a cidadania se constrói nos fundamentos da liberdade, da autonomia e da responsabilidade. Esses conteúdos são condições para a cidadania, e fundamentos para a Ética. (RODRIGUES, 2011, p. 238)

b) em continuidade aos aspectos anteriores detecta-se também que a prática da cidadania se contrapõe a todas as interdições razão pela qual “Os cidadãos munidos dos instrumentos de cidadania, tornam-se construtores de formas organizativas e de ação na vida pública. Essa forma de organização social e de ação política denomina-se democracia. Logo, a Democracia é o modo como seres humanos autônomos, livres e responsáveis articulam as diversas vontades e capacidades individuais e coletivas para construir um modo de viver que lhes permita o mais alto grau possível de exercício de sua liberdade, em um espaço público” (RODRIGUES, 2001, p. 239)

c) em relação ao processo educativo são colocados os diferentes elementos que o constitui e que nele se faz presente; dentre estes se destacam o fato de que a educação permite a inserção do sujeito na cultura e que ela se faz também pela interiorização dos elementos simbólicos que o permite ler o mundo. Há ainda no contexto destas argumentações a explicitação de que a educação é um processo



social e, portanto não é tarefa de um indivíduo ou de uma instituição especializada, mas de todos. Constitui também aspecto importante da educação a construção de sujeito autônomo e livre. Conforme coloca Rodrigues (2001, p.249) enquadrar-se nesta perspectiva implica “o da autonomia da vontade, o da autonomia física e o da autonomia intelectual.”

Em continuidade, complementa que a formação do ser humano deve se realizar em três planos: “o primeiro é do reconhecimento do mundo e de sua transformação em mundo simbólico. O segundo inclui a disciplinação da vontade e a aquisição dos conhecimentos e das habilidades que constituem a herança social que cada um recebe ao ser transformado em sujeito cultural. E o terceiro deve levar cada um ao reconhecimento de que não é capaz de traçar seu próprio destino sem o concurso das relações instituídas no mundo humano.” (RODRIGUES, 2001, p. 248). Sinteticamente coloca-se: “educar integralmente quer dizer, pois, formar o ser humano nos três planos assinalados. Aí se colocam os patamares de toda educação necessária e completa.” (RODRIGUES, 2001 p.248).

Desta forma, trazer para a discussão no âmbito desta pesquisa estes elementos teóricos decorre da preocupação de integrá-los como elementos que se constituem em subsídios para a análise dos dados, principalmente em relação à segunda etapa do trabalho, quando se fará a análise dos dados qualitativos resultantes do resgate da memória/trajetórias pessoais dos graduados pela ECI/UFMG.

2.2 História-memória

A incorporação da discussão entre história-memória, tendo como centralidade a relação indivíduo-sociedade decorre da preocupação em apreender os fatos a partir da ótica dos sujeitos, tendo em vista que os estudos na área, regra geral, fazem o resgate do passado privilegiando a dimensão institucional.

Há ainda, como aspecto importante a acrescentar, o posicionamento de Burke (1992) ao enfatizar que como se tem privilegiado a história “vista de cima”, ou seja, “no sentido de que tem sempre concentrado nos grandes feitos dos grandes homens” deve-se inverter tal ênfase à medida que a história não é constituída apenas por esse grupo de pessoas, sendo importante apreender a história “vista de baixo”, “com opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social”.

Em termos da área nota-se, nesse sentido, a necessidade de desenvolver estudos sob o prisma da história vista de baixo, notadamente em relação ao corpo discente e sua participação no âmbito institucional, situação que justifica compreender esta realidade ampliando a compreensão sobre o campo da Ciência da Informação.

Na realidade observa-se limitadas discussões que tratem, sob o prisma da história e da memória, o papel da formação acadêmica como instrumento de cidadania, inclusão sócio-educacional e de mobilidade social.



Colocado os questionamentos acima se torna pertinente incorporar os elementos teóricos que podem subsidiar a análise dos dados da presente pesquisa razão pela qual se agrega as formulações sobre memória baseando-se notadamente nos seguintes autores Bosi (1987; 2003); Nora (1993); Santos (2003), dentre outros.

Em termos teóricos Bosi (1987) em *Memória e Sociedade* resgata os referenciais teóricos sobre a memória indicando as diferentes perspectivas sob as quais se torna possível resgatar o passado. Chauí (1987) na arguição efetivada no concurso de Ecléa Bosi destaca que a memória é perpassada pelo significado atribuído pelo sujeito ao vivido. Em razão desta perspectiva evidencia: O que fica? Fica o que em mim significa.

Nora (1993) discutindo a relação história-memória aponta os antagonismos que perpassam os conceitos. Desta forma explícita:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9).

Há ainda na formulação do autor as distinções que marcam história e memória:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações sociais. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9).

Entretanto, como há uma interação entre memória e o contexto social de sua produção vale compreender que a mesma por se apresentar como um elemento de subjetividade, não pode ser compreendido fora da totalidade na qual o indivíduo se encontra inserido. Desta forma, é preciso avaliar que nossas recordações encontram-se perpassadas pela realidade de quadros sociais mais amplos. Santos (2003), explica:

[...] que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memória, embora pareça ser exclusivamente individual, é peça de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos. (SANTOS, 2003; p. 155)

Em síntese, trabalhar com o eixo da história-memória implica apreender a dialética presente na interação entre o contexto histórico e político e as subjetividades que se constroem no curso da realidade social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



A realização da presente pesquisa, em função dos seus objetivos, ou seja, “Mapear e identificar, em termos quantitativos e qualitativos e ao longo da história da ECI, as características dos discentes (graduados e graduandos) de forma a recuperar memórias/histórias pessoais e analisar a contribuição dada pela graduação em Biblioteconomia como um fator de inclusão educacional e mobilidade social”, optou por desenvolvê-la em duas etapas, conforme descrito abaixo. :

A primeira etapa centrou sua realização no mapeamento dos dados quantitativos relativos aos graduados e graduandos da ECI de forma a constituir o universo da pesquisa. Paralelamente realizou o levantamento e os estudos teóricos (processo que deverá ter continuidade na 2ª etapa) privilegiando os seguintes temas: história da biblioteconomia no Brasil; memória, história, educação e o contexto político-social. Se buscou ainda identificar junto ao CRB-MG os profissionais que se encontram vinculados ao órgão a fim de confrontar com os dados numéricos levantados, visando identificar possíveis participantes para a segunda etapa da pesquisa. Os dados quantitativos e suas especificações fazem parte dos resultados a serem apresentados neste texto.

Quanto à segunda etapa da pesquisa, de caráter qualitativo, se fará a elaboração das categorias dos sujeitos participantes da pesquisa, devendo realizar o trabalho aplicando-se critérios amostrais ou com a combinação por escolha intencional dos sujeitos participantes. Em termos da obtenção dos dados eles se farão através das seguintes técnicas: história oral, metodologia de “storytelling”, depoimentos e entrevistas. O cerne para obtenção dos dados terá como centralidade a interlocução entre história/memória/trajetórias pessoais. Os dados consolidados serão analisados e disseminados no âmbito da ECI e da UFMG e nos fóruns científicos.

4. Quatro BIBLIOTECONOMIA: uma visão histórica

O primeiro curso formal de biblioteconomia no estado de Minas Gerais cujo marco inicial se liga à data de 25 de março 1950, iniciou suas atividades em Belo Horizonte com a duração de um ano e era mantido pelo Instituto Nacional do Livro. Cesarino e Vianna (1990) indicam que o currículo contava com cinco matérias e uma nítida orientação para as bibliotecas públicas: “*Bibliografia e Referência; Catalogação; Classificação; História da literatura e História do livro das Bibliotecas*. Aos poucos foi sendo ampliado e passou a oferecer disciplinas técnicas e culturais. No final da década de 1950 já contava com mais disciplinas técnicas do que as de caráter cultural e humanista, a saber: “*Bibliografia e referência I, II e III; Catalogação I, II e III; Classificação I, II e III, Organização e administração de bibliotecas I, II, e III, Documentação; História da literatura; História do livro das Bibliotecas, História da arte I e II, Evolução do pensamento filosófico e científico e a Introdução aos estudos históricos e sociais*.”

No que tange as instalações do curso, a história evidencia um longo trajeto até a instalação em sua sede atual, outrora denominada Escola de Biblioteconomia e hodiernamente Escola de Ciência da Informação. Inicialmente, o curso era ministrado no Instituto de Educação de Belo Horizonte



(1950) e tinha a duração de um ano. Após se transferir para a Associação Médica de Minas Gerais localizada na Avenida João Pinheiro (1951); utilizou algumas salas do Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Pena (1952/1953). A partir de 1953 o curso passa a ter a duração de dois anos, duração esta modificada para três anos em 1957. Transferiu-se e ocupou parte do porão do Colégio de Aplicação, da Faculdade de Filosofia, na Rua Carangola (1954/1963).

A biblioteconomia no cenário nacional na década de 1950 é marcada pela expansão dos cursos em termos numéricos e pela intensa luta dos bibliotecários para serem reconhecidos como classe profissional de nível superior. Neste período não havia currículos para o curso de Biblioteconomia e nem tampouco uma regulamentação de disciplinas obrigatórias. Silveira (2009) afirma nesse sentido que até a década de 60

Cada curso ou escola de Biblioteconomia era independente para determinar o segmento teórico-prático que seu programa curricular deveria seguir, tendo-se em vista atender às necessidades de mão-de-obra específica para determinados setores da sociedade brasileira. (SILVEIRA, 2009, p.142)

Em função da falta de uniformidade curricular, conforme exposto anteriormente, a Biblioteconomia no Brasil neste período passava por acirradas discussões sobre quais disciplinas e qual o enfoque seria dado aos cursos de Biblioteconomia. Necessitava-se a institucionalização de um currículo mínimo. Silveira *apud* Castro (2002; p.33) aponta que o “estabelecimento de um Currículo Mínimo no Brasil, antes dos anos 60, estava na ausência de uma unidade de ponto de vista entre as escolas de Biblioteconomia, isto é, não havia clareza sobre quais os saberes a serem incorporados nesse currículo”.

Embora tais inquietações já houver sido expostas antes da década de 60, somente a partir dela, mais especificamente em 1962, foi fixado o currículo mínimo de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação. Estipulou-se que o currículo abarcaria disciplinas das duas correntes de ensino predominantes no país, norte-americana de cunho tecnicista e a européia de cunho humanista, bem como modelos uniformes de formação. Vale apontar que este não se diferenciava muito do já utilizado em Minas Gerais no final da década de 50, conforme apontado anteriormente.

A década de 1960 no plano da Biblioteconomia nacional é reconhecida, sobretudo, na medida em que os bibliotecários desta época se firmaram como classe profissional de nível superior. Em termos curriculares, neste período não ocorreu muitas alterações. Percebe-se, no entanto, que os currículos nesta época, conforme afirma Cesarino e Vianna (1990) enfocavam o processamento técnico de livros, a organização de bibliotecas, o uso detalhado das fontes de informação e que as disciplinas de caráter cultural funcionavam quase como “ornamento”.

O curso de Biblioteconomia ministrado em Minas Gerais foi incorporado a então Universidade de Minas Gerais (que mudaria de nome em 1965 para Universidade Federal de Minas Gerais), sendo concedido mandato universitário ao curso em 1966, permitindo assim o registro de todos os diplomas expedidos desde 1950. O curso passa a ser reconhecido como uma Unidade da UFMG, sob



a denominação de Escola de Biblioteconomia. Deste modo, passou a funcionar no 6º andar do prédio da Reitoria da Universidade. Contudo, a principal crítica vigente na época em relação ao currículo era a inadequação do mesmo à realidade brasileira, à medida que aplicava modelos estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Nesse mesmo período, a literatura indica que ainda se buscava uma definição para o papel do bibliotecário na sociedade brasileira e do objeto central de estudo da área.

O fim da década de 1960 e o início da de 1970 foram marcados por instabilidade política, mas por acentuado crescimento econômico. O panorama da área de Biblioteconomia era também de crescimento e mudanças, refletindo o contexto da área econômica (MUELLER, 1985, p.8)

A década de 1970 é marcada pela expansão do ensino superior no Brasil e de forma consequente há expansão dos cursos de Biblioteconomia pelo país. Mueller (1985) aponta que em 1971 havia 17 cursos de Biblioteconomia em funcionamento e que no período entre 1970 até 1977, foram criados mais onze cursos.

A conjuntura de todos estes acontecimentos, sobretudo os políticos, no âmbito da UFMG e o contexto da reforma Universitária fizeram com que a Escola de Biblioteconomia revisse seus parâmetros curriculares introduzindo modificações no curso que passou a ser organizado por semestre além de ser estabelecer uma série de novas diretrizes ao currículo mínimo.

Soma-se as informações antecedentes o fato da década de 1970 ser marcada também pelas pressões da classe quanto à sua formação e quanto à modernização do currículo mínimo, que necessitava cada vez mais de disciplinas ligadas às áreas de tecnologia que surgiam no período. Destacam-se outros pontos neste período, como por exemplo, a criação de diversas revistas especializadas na área, dentre elas a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG e os cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia que se instalam à época, inclusive o da Escola de Biblioteconomia (Administração de Bibliotecas), no nível de mestrado no ano de 1976.

Vale destacar, em termos retrospectivos, que o curso de graduação em Biblioteconomia integra no seu currículo o ciclo básico de Ciências Sociais, que contava com matérias tais como “Economia, Política e Lógica, Sociologia”. Cesarino e Vianna (1990) creditam que a inserção do ciclo básico tinha por objetivo trabalhar com os profissionais da área de Biblioteconomia de forma integrada, dando-lhes uma visão política, econômica e social do Brasil contemporâneo. A proposta do ciclo básico em Ciências Sociais era de vanguarda no cenário brasileiro.

A reforma curricular da década de 1970 não alcançou seus objetivos propostos, deixando os bibliotecários brasileiros bastante insatisfeitos com o ensino acadêmico. Foi nesse contexto que as Escolas de Biblioteconomia aventaram novas discussões acerca de uma possível reconfiguração do Currículo Mínimo. Após reuniões com representantes de diversas Universidades do país, um Novo Currículo Mínimo do curso foi fixado em 1982.

O novo currículo atendia as reivindicações da classe, abarcava disciplinas ligadas à área tecnológica e de administração de bibliotecas, além de ampliar a formação humanista difundida pela tradição francesa com disciplinas como “*História da Arte e História da Cultura*”. Vale ressaltar que



as Universidades eram livres pra atualizar e definir disciplinas que complementassem a formação do estudante de Biblioteconomia, mas seguiam os parâmetros definidos no Currículo Mínimo.

Seguindo as diretrizes do Novo Currículo Mínimo de Biblioteconomia, em 1983 a Escola de Biblioteconomia da UFMG – que no mesmo ano transferiu-se para o prédio da Prefeitura da UFMG – hoje Unidade Administrativa II reformulou as disciplinas que compunham a formação de seus estudantes e seu currículo passou a apresentar disciplinas de fundamentação geral, instrumentais e de formação profissional; houve ainda uma adequação do currículo ao perfil socioeconômico dos estudantes, uma vez que a maioria dos alunos necessitava trabalhar, o que inviabilizava o curso em tempo integral.

Nesta versão, ficou estabelecido que a graduação passasse a ter duração de 4 anos. Ainda, na década de 1980, houve a reestruturação do curso de Pós-Graduação, nível mestrado.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pelas discussões acerca da incorporação de tecnologias aos currículos dos cursos de Biblioteconomia pelo país, além de discussões acerca da ampliação do papel do bibliotecário no país frente às necessidades informacionais surgidas após a incorporação das tecnologias – as novas formas de comunicação e busca de informação – ao cotidiano das pessoas e consequente barateamento das mesmas e as reflexões acerca da formação do profissional bibliotecário tornaram-se tema central em grande parte dos eventos e encontros científicos da área. (SILVEIRA, 2009).

A Escola de Biblioteconomia inicia a década de 1990 obtendo reconhecimento e legitimidade no contexto da UFMG tendo conseguido, após um longo percurso, construir e inaugurar o prédio próprio localizado no *Campus* Universitário da UFMG destinado especialmente para abrigar os alunos da Instituição.

No ano de 1996, amplia-se a Pós-Graduação transformando-se em um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, integrando os níveis de mestrado e doutorado. Houve também, neste ano, a mudança do nome da Revista da Escola de Biblioteconomia para *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Ao final da década de 1990, tem-se a disponibilização do catálogo on-line da biblioteca e os serviços da mesma são informatizados. O curso passa também a oferecer duas ênfases: uma em gestão de coleções e a outra em gestão da informação. No mesmo período, começa-se a discussão para a mudança de nome da Escola, discussão esta advinda dos novos caminhos que a CI tomou ao longo do tempo, com a presença cada vez maior da interdisciplinaridade nas pesquisas e no desenvolvimento da área, além da mudança de paradigmas, de suportes de informação e de formação profissional surgidas após a explosão tecnológica.

A década de 2000 é marcada em seu início pela aprovação por unanimidade na Congregação da Escola de Biblioteconomia da UFMG da mudança de nome da *Escola de Biblioteconomia da UFMG* para *Escola de Ciência da Informação da UFMG*, tendo como objetivos principais os já listados acima além da compatibilização do nome da escola com os nomes já adotados por outras



escolas no país.

A década é marcada também pela mudança curricular realizada em 2009. O novo currículo apresenta a Ciência da Informação como tronco do curso de Biblioteconomia e dos novos cursos de Arquivologia e Museologia oferecidos pela ECI, ampliando seu escopo de atuação e respondendo de forma ampla às necessidades colocadas pelo contexto social.

5. DADOS HISTÓRICOS: uma proposta para ação

Em 61 anos de existência, a ECI/UFMG já titulou até o primeiro semestre de 2011, um total de 2941 alunos conforme dados obtidos nos registros da Seção de Ensino. A quantidade de alunos em processo de graduação no primeiro semestre de 2011 era o total de 345 no turno diurno e 191 no noturno.

Na década de 1950 foram titulados 143 alunos. Observa-se que deste total, 67 nos dois primeiros anos do curso; 31 e 35, respectivamente. O restante foi distribuído em turmas com média de 10 alunos. Para os parâmetros da época (contexto social) e, por ser um curso ainda em estruturação e sem sede fixa o total de alunos titulados foi bastante significativo.

Constata-se na década de 1960 uma discreta elevação da quantidade de alunos titulados, 154 no total. De modo inverso a década antecedente onde a quantidade maior de alunos titulados se concentrava nos anos iniciais da mesma (1950 e 1951), na década de 1960 os anos com maior índice de titulação foram os finais (1967, 1968 e 1969).

Até o final da década de 1960 o ensino superior brasileiro é marcado pela inexistência de políticas educacionais que explicitassem os critérios de igualdade no processo seletivo, na quantidade de vagas bem como de incentivo para o acesso ao ensino superior.

A literatura atesta que o ensino superior até este período não apresentava condições igualitárias de acesso e os cursos eram compostos, majoritariamente, por sujeitos advindos dos estratos sociais mais altos.

A partir do final da década de 1960 vários fatores contribuíram para o aumento acentuado pela educação superior, entre eles, o crescimento demográfico e a urbanização. Pode-se inferir, nesse sentido, que estes anos, precedentes a expansão universitária ocorrida na década de 1970 eram indicativos das mudanças a vista. O total de graduando nas duas décadas iniciais do curso totaliza 247.

Com a expansão universitária observada no período militar, em especial na década de 1970, tem-se a expansão também no número de formandos no Curso de Biblioteconomia da UFMG. Com 538 alunos titulados, é a segunda década que mais formou bibliotecários nos 60 anos do curso de Biblioteconomia da UFMG.

Após essa grande expansão do curso vivida na década de 70, conforme nota-se no Gráfico 1, observa-se uma redução de quase 15% no número de formandos na década de 80. Totaliza-se 467.



Gráfico 1 – Total de Formandos por Década. Fonte: Dados da pesquisa

Na década de 1990 percebe-se novamente uma evolução na quantidade de alunos titulados, alcança um total de 533. O fato pode ser explicado em função das novas necessidades do mercado e ao mundo globalizado, onde a informação é cada vez mais importante e o bibliotecário, como o profissional especializado em organizar, tratar e disseminar informação torna-se cada vez mais necessário no mercado.

Nos anos 2000, o número de graduados em Biblioteconomia cresceu mais de 20% se comparado ao número de formados da década anterior. Este crescimento se deve ao fato da importância adquirida pelo bibliotecário na Sociedade da Informação, já notada na década de 90, mas também se deve ao oferecimento do curso em horário noturno, o que colaborou para o aumento deste número. O turno diurno totaliza 673 ao passo em que o noturno 260.

Logo no início da década de 2010 computa-se um total de 173 alunos formados até o primeiro semestre de 2011, sendo 91 no diurno e 82 no noturno.

5.1 A comparação entre gêneros

O curso de Biblioteconomia no Brasil pode ser caracterizado como um curso composto majoritariamente por mulheres. São elas que ocupam grande parte do mercado e a maioria das cadeiras do curso em todo o país. E na UFMG não é diferente, uma vez que o número de mulheres graduadas em Biblioteconomia ao longo desses 61 anos é infinitamente maior se comparado ao número de graduados do sexo masculino, fato que pode ser observado com a comparação feita na tabela a seguir:



QUADRO 1
Total de Graduados – Diurno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
1950	03	140	143
1960	01	153	154
1970	12	526	538
1980	20	447	467
1990	75	458	533
2000	149	524	673
2010	29	62	91
Total	284	2310	2599

Fonte: Dados da Pesquisa

QUADRO 2
Total de Graduados – Noturno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
2000	114	146	260
2010	42	40	82
Total	156	224	342

Fonte: Dados da pesquisa

Do total de alunos titulados, as mulheres representam 87% do total. Os homens só aparecerão no curso em número expressivo a partir da década de 1990, quando 75 profissionais foram formados. Mesmo assim, este número ainda é muito baixo, se comparado ao número de mulheres formadas na mesma década, número esse que foi de 456. A partir da década de 2000, o número de homens que se graduaram em Biblioteconomia aumentou consideravelmente e eles passaram a representar quase 30% do número de formandos.

Este maior interesse dos homens pelo curso nas duas últimas décadas pode ser explicado pela maior aproximação da Biblioteconomia com áreas afins, bem como pode estar ligado à inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na atividade cotidiana das bibliotecas e dos centros de informação em geral, o que gerou maior interesse do público masculino pelo curso.

Ampliando os dados em relação aos alunos graduados em Biblioteconomia, considerou-se relevante captar, em termos acadêmicos, o número de alunos que deu prosseguimento ao processo formativo no nível de pós-graduação. Os dados revelam o seguinte:



QUADRO 3

Total de Graduados – Noturno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
1950	-	01	01
1960	-	05	05
1970	-	15	15
1980	-	08	08
1990	05	19	24
2000	10	28	38
Total	15	76	91

Fonte: Dados da pesquisa

Em continuidade há também o levantamento daqueles que alcançaram o doutorado, demonstrado no Quadro 4:

QUADRO 4

Total de Graduados – Noturno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
1950	-	-	-
1960	-	-	-
1970	-	02	02
1980	-	03	03
1990	01	02	03
2000	-	-	-
Total	01	07	08

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao corpo docente da ECI nele se integra ex-alunos da Escola totalizando 66 sendo 62 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Vale ainda acrescentar que há no Sistema de Bibliotecas da UFMG 130 profissionais formados pela ECI, sendo 105 do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Quanto aos dados obtidos junto ao CRB foi possível apurar que há um total de 1714 vinculados ao órgão, correspondendo 1482 mulheres e 232 homens.

6 CONCLUSÕES

A compreensão das múltiplas configurações e manifestações sociais que interferem na constituição de um perfil requer uma investigação acerca das transformações ocorridas na totalidade da esfera social. Assim, em nossa perspectiva, consideramos importante analisar estas transformações a partir da dinâmica das relações entre os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e



institucionais, cuja evidência se faz presente na maneira com que vem se constituindo o perfil do universo de pesquisa.

Ao propiciar visão abrangente das transformações históricas e em curso, os aspectos apontados ao longo do texto delineiam cenários que sobressaem as tendências e os desafios postos para o corpo estudantil e professorado do curso de Biblioteconomia da ECI/UFMG. Ao procurar ampliar o diálogo e as análises sobre aspectos importantes das mudanças que incidem sobre a constituição do perfil do universo da pesquisa, torna-se leitura indispensável para a realização deste trabalho, haja vista que ao revisitar o passado reconstituindo uma visão histórica ilumina-se o presente e aponta caminhos para ação.

Abstract: This article presents and discusses the partial results of a research entitled “Process of Academic Training, Inclusion and Social Mobility: history/memory of an undergraduate students program in Biblioteconomy of ECI/UFMG”, in order to highlight the role of the undergraduate program as a mechanism of inclusion, rise and social mobility, from the view of the selected public involved in the research. The choice of this subject was motivated by the data produced by UFMG in relation to the profile of their students, information which points out that the students from the fields of humanities and social sciences and in library science in particular, were in the economic strata with the lowest incomes, beyond to demonstrate that the situation of education of their parents stood at the bottom levels of the educational pyramid. Concerning the theoretical foundations, the research is based on the dialogue among the contributions of the history of librarianship, with elements of education, memory, and the discussions on the inclusion and social mobility. In terms of methodology is guided by the qualitative research and from the perspective of oral history. Relating to the procedure of the research was set by holding it in two steps: first, of the quantitative character and with the data already consolidated shows the trajectory of the undergraduate program period 1950-2011, the second step – on running – of the qualitative dimension, will carry out a rescue of the trajectories / memories of students, in order to understand the contributions of academic training as well as to analyze the incorporation between personal history / collective history.

Keywords: Education. Memory. Oral history.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Liberalismo, Educação e Trabalho**. In: Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento. Malu Almeida (Org.). Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2005. p. 35-45

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. São Paulo, **Lua Nova**, n. 38, p.223-238, dez. 1996.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1987.



_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. **Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 79 p.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992

CESARINO, M. A. N., VIANNA, M. M. O curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMG. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v.19, n.esp., p.37-67, mar. 1990.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Rosa Maria Godoy Silveira et al. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 441-456.

MUELLER, Suzana P. M. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, 14(1): 3-15, jan./jun. 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, (10), p. 7-28, dez. 1993.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educ. Soc.**, Campinas, v.22, n.76, p. 232-257, out. 2001.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação).

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.